



**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO ORDINARIA REALIZADA NO DIA
18 DE ABRIL DE 2017

N.º 09/2017

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.^a Silvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Prof.^a
Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves e Prof.^a Maria Arlete
Canário Taveira da Costa Gouveia. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não Houve. -----

SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

LOCAL DA REUNIÃO: Sala de Reuniões nos Paços do Município. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA	Pág.
II – ORDEM DO DIA	
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
1 – Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas – 2016.....	4
2 – Documentos Previsionais da Receita e Despesa, do Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades mais Relevantes 2017 – Revisão.....	7
DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS	
3 – Prestação de Serviços – Revisor Oficial de Contas para Certificação Legal de Contas	8
Serviços de Tesouraria	
4 – Resumo dos Fluxos de Caixa do dia 31 de março a 12 de abril de 2017.....	10
DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA	
5 – Legalização de Obra de Construção de Edifício de Apoio a Posto de Abastecimento – Req: Alfredo Manuel de Sousa da Silva Freitas – Lugar de Santa Quitéria – Fontes.....	10
UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO	
Serviço da Educação	
6 – Conselho Geral do Agrupamento – Designação dos Representantes do Município para o Conselho Geral.....	15
Serviços da Cultura	
7 – Associação Cultural Recreativa e Desportiva da Cumieira – Pedido de Apoio.....	16
8 – Atribuição do Subsídio Anual aos Grupos Culturais do Concelho..	17

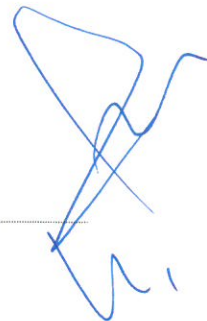


Serviços da Ação Social

- 9 – Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Santa Marta de Penaguião – Pedido de Subsídio..... 18

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

- 10 – Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião 19



I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas – 2016

----- 1 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “O Relatório de Gestão e os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano financeiro de 2016, refletem a atividade municipal desenvolvida, os recursos humanos e a situação económica e financeira do Município de Santa Marta de Penaguião. -----

----- Constituindo estes documentos um importante instrumento de apoio à gestão municipal, pretende-se que os mesmos possam traduzir e visualizar as informações, através de mapas, gráficos e demais indicadores de análise apresentados, procurando espelhar-se aquela que foi a actividade desenvolvida pelo Executivo, no quadro das suas atribuições e competências. -----

----- Estes documentos encontram-se elaborados de acordo com as normas estabelecidas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54.º-A/99, de 22 de Fevereiro e apresentados conforme estabelece a Resolução do Tribunal de Contas n.º 4/2001 – 2.ª Secção, que aprovou as *Instruções para a organização e documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas abrangidas pelo POCAL*, publicada no Diário da República n.º 191 – II Série, de 18 de Agosto de 2001. -----

----- Conforme o estipulado no POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2016 e que se apresentam são os seguintes: -----

- Balanço
- Demonstração de resultados
- Mapas de execução orçamental:
 - Controlo orçamental (receita e despesa)
 - Resumo da Execução da Receita e da Despesa
 - Execução anual do Plano Plurianual de Investimentos
 - Execução anual do Plano de Atividades Municipal
 - Fluxos de Caixa



- Contas de Ordem
- Mapa de Operações de Tesouraria
- Anexos às Demonstrações Financeiras
 - Demonstração dos resultados financeiros
 - Demonstração dos resultados extraordinários
 - Ativo Bruto
 - Amortizações e Provisões
- Modificações do orçamento (Despesa-Receita)
- Modificações do Plano Plurianual de Investimentos
- Modificações do Plano de Atividades Municipal
- Contratação administrativa – situação dos contratos
- Transferências correntes e de capital (receita e despesa)
- Empréstimos e outras dívidas
- Outros documentos

----- Deste modo, nos termos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 35.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, submete-se à apreciação do Executivo: -----

- a) A aprovação dos **Documentos de Prestação de Contas e Relatório** relativos ao ano financeiro de **2016**, bem como o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, de acordo com o estabelecido na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º, do mesmo Anexo; -----
- b) A aprovação do resultado líquido do exercício e que o mesmo seja levado à Conta 59 – Resultados transitados, nos termos do disposto no ponto 2.7.3 do POCAL. -----

----- Em conformidade com o estabelecido na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo da referida Lei, os Documentos de Prestação de Contas, são apreciados e votados pela Assembleia Municipal, devendo ser enviados ao Tribunal de Contas até 30 de Abril, de acordo com o determinado no n.º 4 do artigo 52.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, na sua atual redação." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por maioria, com a abstenção das Senhoras Vereadoras do PPD/PSD, Prof.ª Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves e Prof.ª Maria Arlete Canário Taveira da Costa Gouveia, o Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do ano financeiro de 2016, de**



acordo com a proposta apresentada, e submeter à Assembleia Municipal, para aprovação de acordo com o disposto na alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- As Senhoras Vereadoras do PPD/PSD, apresentaram a seguinte declaração de voto: -----

----- *“As Vereadoras eleitas pelo Partido Social Democrata, relativamente ao ponto um da “Ordem do Dia”, Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas-2016, referiram que, embora as contas reflitam a estratégia definida pela maioria do Executivo aquando da definição do Orçamento para o ano de 2016, entenderam abster-se devido ao baixo grau de execução do Plano Plurianual de Investimento (PPI), que em 2015 foi de 78,49%, ficando-se em 2016 nos 31,84%. Registou-se, portanto, a ausência de cumprimento de importantes investimentos previstos para as freguesias no PPI. A corroborar este facto, referiram que ficaram por executar várias obras, em freguesias como Alvações do Corgo, Cumieira, Fontes e Louredo-Fornelos, que haviam sido planeadas para estarem concluídas até dezembro de 2016, dependendo a 100% de fundos da Autarquia, isto é, cuja fonte de financiamento é a Administração Autárquica (AA). Obras como Requalificação do acesso à Igreja Matriz de Fontes (p.84); Variante da Veiga (p.88); Caminho do Alto de Banduge – aquisição de terrenos e construção (p.88); Pavimentação do caminho do Portelo – Alvações do Corgo (p.89); Alargamento da Avenida Marechal Teixeira Rebelo – Cumieira (p.89); Pavimentação do Caminho da Igreja de Louredo – 1.ª e 2.ª Fases (p.89); Pavimentação da Estrada Municipal de Carvalhais – 1.ª e 2.ª Fases (p.89); Pavimentação do Arruamento de Bustelo (p.89) ficaram por executar, não se podendo, no entanto, justificar este facto com a ausência de financiamento externo, Administração Central ou Fundos Comunitários, uma vez que a fonte de financiamento prevista era a Administração Autárquica. Salientaram ainda que existem obras no PPI, planeadas para estarem concluídas em dezembro de 2017, cujo nível de execução financeira*



anual e global é 0% (zero), comprometendo já o grau de execução de diversos projetos no Plano Plurianual Global. Constataram, por último, que é fundamental para o concelho que a estratégia municipal assente numa planificação realista e num investimento sustentado, assumindo um papel catalisador no processo de desenvolvimento local, cabendo-lhe a responsabilidade de tornar o território mais atrativo e competitivo.” -----

Documentos Previsionais da Receita e Despesa, do Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades mais Relevantes 2017 – Revisão

----- 2 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, alterado pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro, estabelece o regime dos documentos previsionais, designadamente quanto às regras relativas às modificações do Orçamento constantes no ponto 8.3.1., as quais compreendem as figuras de alteração e revisão. -----

----- O saldo final da gerência, que resulta da diferença entre as importâncias arrecadadas (recebimentos + saldo inicial) e os pagamentos ocorridos no decurso do exercício económico de 2016, encontra-se evidenciado no mapa de fluxos de caixa, documento que também reflete a execução orçamental. -----

----- Após o apuramento do saldo da gerência anterior, pode ser utilizado como contrapartida do aumento global da despesa, resultando uma revisão orçamental, tal como se encontra estabelecido nos pontos 8.3.1.3. e 8.3.1.4. do POCAL, devendo respeitar o princípio do equilíbrio orçamental, sendo que a sua utilização se trata de uma boa prática de gestão. -----

----- Por outro lado, a sua não utilização, poderia conduzir num determinado momento do ano económico, que as despesas orçamentais executadas, fossem superiores às receitas orçamentais cobradas. -----



----- Assim, propõe-se que de acordo com os pontos 8.3.1.2., 8.3.1.3 e 8.1.3.4. do POCAL: -----

----- 1 - A Câmara Municipal aprove nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a 1.ª Revisão dos Documentos Previsionais da Receita e da Despesa, do Plano Plurianual de Investimentos e do Plano de Atividades mais Relevantes, documentos que se anexam à presente proposta e da qual ficam a fazer parte integrante; -----

----- 2 – Que a mesma seja submetida, sob a forma de proposta, à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo da competência que lhe está conferida pela alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da mencionada Lei." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a 1.ª Revisão dos Documentos Previsionais da Receita e da Despesa, do Plano Plurianual de Investimentos e do Plano de Atividades mais Relevantes, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e submeter à Assembleia Municipal ao abrigo da a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da mencionada Lei.** -----

**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

**Prestação de Serviços – Revisor Oficial de Contas para
Certificação Legal de Contas**

----- 3 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “Com a publicação da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, determina que a prestação de contas seja remetida ao órgão deliberativo para a apreciação, juntamente com a certificação legal das contas e o parecer sobre as mesmas apresentados pelo revisor oficial de contas ou sociedades de revisores de contas. -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 09 de 18 de abril de 2017



----- Na sequência da aprovação do parecer prévio pelo Executivo Municipal em 05/04/2017, foi colocado no mercado o concurso de ajuste direto em referência, tendo sido usado para o efeito a plataforma eletrónica de contratação. -----

----- Foi convidada a apresentar proposta a firma C & R RIBAS PACHECO, SROC. -----

----- Face ao exposto e de acordo com o estipulado no artigo 125.º do Código dos Contratos Públicos, não há lugar à audiência prévia, nem à elaboração dos relatórios preliminar e final. -----

----- Assim, depois de verificado o estipulado no Caderno de Encargos, temos: -----

FIRMA	ARTIGO	Prazo	PR.UNIT. (ano)	PR.TOTAL
C & R RIBAS PACHECO, SROC	Prestação de serviços – Revisor Oficial de Contas para Certificação Legal de Contas	3 anos	9 960,00 €	29 880,00 €
				29 880,00 €

----- O n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, estabelece que o auditor externo responsável pela certificação legal de contas é nomeado por deliberação do órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo. -----

----- Pelo referido sugere-se: -----

----- Que a adjudicação seja feita à empresa **C & R RIBAS PACHECO, SROC** pelo valor de **9.960,00 €/ano**, ao qual acresce a taxa de IVA legal em vigor e seja submetida à reunião do Executivo Municipal para apreciação; -----

----- Que em caso de aprovação pelo órgão executivo, seja submetida à aprovação da Assembleia Municipal nos termos do n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro." --

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a intenção de adjudicar à empresa C & R RIBAS PACHECO, SROC pelo valor de 9.960,00 €/ano, ao qual acresce a taxa de IVA legal em vigor e submeter à aprovação da Assembleia Municipal nos termos do n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro.** -----



Serviços Tesouraria

Resumo dos Fluxos de Caixa do dia 31 de março a 12 de abril de 2017

----- 4 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 31 de março a 12 de abril de 2017, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA			Data:	12/04/2017
Recebimentos			Pagamentos	
Saldo do dia anterior:		179 014,71	Despesas Orçamentais (*)	1 606 751,67
Execução orçamental	109 108,22		Correntes	1 354 122,36
Operações de tesouraria	69 906,49		Capital	252 629,31
			(*) Compromissos	5 117 061,74
Receitas Orçamentais		1 569 983,99	Operações de tesouraria	95 627,53
Correntes	1 444 295,99		Saldo para o dia seguinte:	145 710,34
Capital	125 688,00		Execução orçamental	72 340,54
Operações de tesouraria		99 090,84	Operações de tesouraria	73 369,80
Total		1 848 089,54	Total	1 848 089,54

----- Deliberação: Tomar conhecimento. -----

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

**Legalização de Obra de Construção de Edifício de Apoio a
Posto de Abastecimento – Req: Alfredo Manuel de Sousa da
Silva Freitas – Lugar de Santa Quitéria - Fontes**

----- 5 – Presente à reunião informação Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- “1. INTRODUÇÃO -----

Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 09 de 18 de abril de 2017



----- Através do requerimento n.º 1617/16, referente ao processo n.º 25/16, o Sr. Alfredo Manuel de Sousa da Silva Freitas, solicita pedido de licenciamento, com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada na legalização das obras de construção de um edifício de apoio para comércio e prestação de serviços do posto de abastecimento de combustíveis para venda ao público, sito no lugar de Santa Quitéria, freguesia Fontes no concelho de Santa Marta de Penaguião. -----

----- A Operação Urbanística é ilegal por falta de emissão do Alvará conforme previsto no n.º 1 do artigo 74º do RJUE. -----

De acordo com a Certidão Permanente apresentada, o prédio urbano tem a área total de 1860,00 m2, área coberta de 200,00m2 e área descoberta de 1660,00m2, está inscrito na matriz com o n.º 1420-P, da freguesia de Fontes sob o n.º 3866/20111013. -----

----- O local é abrangido pela Zona Especial de Protecção ao Alto Douro Vinhateiro, classificada como Património da Humanidade, estabelecida pelo Aviso n.º 15170/2010, DR 2.ª Série, N.º 147, de 30 de Julho. -----

----- 2. ANTECEDENTES/TRAMITAÇÃO -----

----- 09/08/2016 – Informação técnica n.º 364/2016, nos termos da qual foi solicitado parecer à DRCN. -----

----- 09/09/2016 – Recepção por parte da DRCN de parecer favorável. -----

----- 07/11/2016 – Auto de Vistoria do qual resultou o parecer no sentido de não haver necessidade de se realizarem obras de correcção e/ou adaptação do edifício, objecto de pedido de legalização das obras de reconstrução. O edifício encontra-se em bom estado de conservação, não necessitando de obras de conservação interiores ou exteriores. -----

----- 24/11/2016 – Informação técnica n.º 467/16 nos termos da qual foram solicitados elementos complementares no sentido da correcta instrução do pedido. -----

----- 01/03/2017 – Entrada de Requerimento n.º 486/17 dando entrada aos elementos solicitados na informação técnica n.º 476/16. -----

----- 3. SANEAMENTO E APRECIAÇÃO LIMINAR -----

----- 3.1 O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º 4, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, designadamente: -----



- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio abrangido; -----
- Termo de responsabilidade, subscrito pelo autor do projecto de arquitectura, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis; -----
- Termo de responsabilidade do coordenador do projecto. -----
- Comprovativo de inscrição do técnico em associação pública de carácter profissional; -----
- Seguro de responsabilidade civil do técnico; -----
- Ficha de elementos estatísticos previstos na Portaria n.º 235/2013, de 24 de Julho-----
- Memória descritiva e justificativa; -----
- Fotografias; -----
- Planta localização com a indicação precisa do local objecto do pedido de legalização; -----
- Extractos das plantas de ordenamento e condicionantes do plano Director Municipal, com a indicação precisa do local objecto do pedido de legalização; -----
- Levantamento topográfico à escala de 1:500; -----
- Planta de implantação à escala de 1:100; -----
- Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões, áreas e usos de todos os compartimentos; -----
- Alçados à escala de 1:100; -----
- Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100; -----
- Pormenor construtivo; -----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projecto. -----
- 3.2 Foram entregues os seguintes documentos adicionais: -----
- Parecer da CCDRN relativo à Legalização de edifício de apoio ao posto de abastecimento de combustíveis para venda ao público. -----
- Alvará n.º 1105/P, válido até 31 de Outubro de 2022, do Ministério da Economia e Inovação relativo à exploração de uma instalação de armazenagem de combustível constituída por posto abastecimento para venda ao público. -----
- Licença de Exploração n.º 293 emitida pelo Ministério da Economia e Emprego em 13 de Agosto de 2012 e válida pelo prazo de 16 anos. -----
- 4. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO -----
- 4.1 No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação -----



----- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec. Lei 136/2014, de 9 de Setembro, por se tratar da legalização das obras de construção de um edifício de apoio para comércio e prestação de serviços do posto de abastecimento de combustíveis para venda ao público. -----

----- 4.2 Nos instrumentos de Gestão Territorial -----

----- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Director Municipal, o prédio urbano está inserido em "Espaços de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal", na Planta de Condicionantes em "Reserva Ecológica Nacional – Áreas REN e Estrutura Ecológica Municipal". -----

4.3 Nos Regulamentos Municipais -----

----- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 21.º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação. -----

----- 5. CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO -----

----- 5.1 Parâmetros Urbanísticos-----

Área do Total do Terreno (m2)	Área de Implantação (m2)	Área Bruta de Construção (m2)	Uso
1860,00m2	21,57	21,57	Comércio e Serviços

N.º de Pisos		Volumetria (m3)
Abaixo Cota Soleira	Acima Cota Soleira	
0	1	65.57

----- 5.2 Conformidade da Pretensão com os Instrumentos de Gestão Territorial: -----

----- "No âmbito da Reserva Ecológica Nacional, de acordo com o Decreto-Lei n.º 166/2008 de 22 de Agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de Novembro, que estabelece o seu Regime Jurídico, face às características da edificação que se pretende licenciar, com uma área de implantação de 20m2, e ao sistema de REN em presença "Cabeceiras de linhas de água", a pretensão está isenta de procedimento de Comunicação Prévia e tem enquadramento no seu regime de excepção da REN, previsto na alínea b) do n.º 3 do Artigo 20.º, que estabelece os usos e as acções que sejam compatíveis com os objectivos de protecção ecológica e ambiental, e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas



integradas em REN, previstos no Anexo II, especificamente na alínea d) "Pequenas construções de apoio aos sectores da agricultura e floresta, ambiente, energia e recursos geológicos, telecomunicações e indústria, cuja área de implantação seja igual ou inferior a 40m²", do Ponto I "Obras de construção, alteração e ampliação", não possuindo requisitos específicos, nem carece do parecer da Agência Portuguesa do Ambiente, O.P., de acordo com o mencionado na alínea d) dos pontos I e II, do Anexo I, da Portaria n.º 419/2012, de 20 de Dezembro". Extracto do Pedido de I.P. à CCDRN referido no ponto 3.3. -----

----- 5.3 Análise do Pedido à luz do artigo 26º do RMUE em vigor: -----

----- Foi cumprido o disposto no N.ºs 1 e 3 do artigo supra referenciado. -----

----- 5.4 Análise do Pedido à luz do artigo 102-A do Decreto-lei 555/99 de 16 de Dezembro, com redacção conferida pelo Decreto-lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE) -----

----- Operação Urbanística Ilegal: Falta de emissão do Alvará conforme previsto no n.º 1 do artigo 74 do RJUE. -----

----- Dispensa de cumprimento de normas técnicas relativas à construção. -----

----- 5.5 Número 3 do Artigo 102.º - A do RJUE conjugado com os N.ºs 1,2 e 3 do Artigo 23 do RMUE -----

----- Termo de Responsabilidade, Segurança, Solidez e Salubridade; -----

----- Ficha de Segurança Contra Incêndio; -----

----- Fatura da electricidade; -----

----- Fatura do telefone; -----

----- Declaração a atestar que a zona não está coberta pelo abastecimento de gás natural canalizado. -----

----- Certificado emitido no âmbito do Sistema Nacional de Certificação Energética; -----

----- 6 - RESPONSABILIDADE -----

----- No termo de responsabilidade subscrito pelo autor do projecto de arquitectura, é declarado que foram cumpridas as normas legais e regulamentos aplicáveis, nomeadamente o Plano Director Municipal Santa Marta de Penaguião. -----

----- 7 - VISTORIA (ao abrigo do n.º 2 do Artigo 24º do RMUE) -----

----- Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de não haver necessidade de se realizarem obras de correcção e/ou adaptação do edifício, objecto de pedido de legalização das



obras de alteração e ampliação. O edifício encontra-se em bom estado de conservação, não necessitando de obras de conservação interiores ou exteriores. -----

----- 8 – PROPOSTA DE DECISÃO-----

----- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º- A do RJUE e Secção I do RMUE), propõe-se adopção da seguinte estratégia procedimental: -----

----- a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para a próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo; ---

----- b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projecto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização do imóvel; -----

----- c) Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização do imóvel, o interessado deverá, nos termos do preceituado na alínea b) do n.º 2, do artigo 25º, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 3 meses, a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, de acordo com a informação dos Serviços Técnicos.** -----

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO
AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

Serviço da Educação

**Conselho Geral do Agrupamento – Designação dos Representantes do
Município para o Conselho Geral**

----- 6 – Presente à reunião carta do Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião, de 12 de abril do corrente ano, dando conhecimento que no seguimento da decisão do Conselho Geral o Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião de 24 de Janeiro de 2015, foi dado início ao processo de perda de mandato deste órgão dos membros nomeados pela



autarquia a que vossa excelência preside, nomeadamente os conselheiros Fernando Gonçalves e Paula Borges, por terem largamente excedido o número de faltas injustificadas, conforme estipulado no regulamento interno (artigo 4, alínea 1). -----

---- Foi dado um prazo longo e extraordinário para justificação das faltas, com conhecimento por email aos conselheiros visados, mas essa justificação nunca aconteceu, pelo que o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião decidiu, por unanimidade, em reunião de 16 de Março de 2017, ativar a perda de mandato destes elementos. -----

----- Em função destes acontecimentos, solicito a vossa excelência a nomeação de novos representantes da autarquia ao Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, designar o Senhor Eng.º José Alberto Moreira Araújo, Presidente da Assembleia Municipal e o Senhor José Paulo Barreira da Mota, Presidente Junta de Freguesia de Medrões como representantes do Município no Conselho Geral do Agrupamento.** -----

Serviços da Cultura

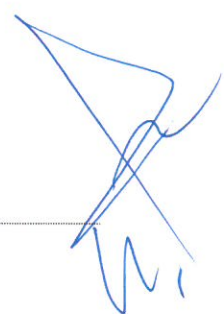
Associação Cultural Recreativa e Desportiva da Cumieira

– Pedido de Apoio

----- 7 – Presente à reunião carta da Associação Cultural Recreativa e Desportiva da Cumieira de 3 de abril, dando conhecimento que no dia 14 de abril se irá realizar o habitual torneio da Páscoa comemorando-se assim 18.º ano que este evento se realiza, não só pela “competição” mas principalmente pelo convívio. -----

----- Neste sentido solicitam à Câmara Municipal um apoio financeiro para a realização deste evento. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 400,00€ (quatrocentos euros).** -----



**Atribuição do Subsídio Anual aos Grupos
Culturais do Concelho**

---- 8 – Presente à reunião, proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Silva, com o seguinte teor: -----

---- “A cultura desenvolve pessoas e alimenta mentes. Por isso esta continua a merecer da nossa parte toda a atenção, dedicação e empenho. -----

---- No entanto, por mais que fizéssemos, não fora o apoio e a boa vontade dos nossos grupos não atingiríamos o mesmo sucesso, o investimento nas Associações Culturais e Desportivas continua a ser uma mais valia. -----

---- Desta feita, para este ano que já iniciou há 4 meses, e para os grupos e associações do nosso concelho que não cessam a sua atividade, proponho ao executivo Municipal, para o ano de 2016, a seguinte atribuição de subsídios, a pagar em 2 tranches, nos termos das alíneas e) e f) do n.º 2 do artigo 23.º conjugado com a alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: -----

---- Associação de Caça e Pesca de Penaguião.....	1.150,00€
---- Associação Cultural, Recreativa e Desportiva da Cumieira.....	950,00€
---- Associação Desportiva e Cultural de Paradela do Monte.....	650,00€
---- Associação Banda Musical da Cumieira.....	3.900,00€
---- Grupo Cultural “Os Medroenses”.....	2.550,00€
---- Centro Cultural e Desportivo de São João de Lobrigos.....	2.550,00€
---- Centro Cultural e Desportivo de Alvações do Corgo.....	1.250,00€
---- Centro Cultural e Desportivo de Fontes.....	600,00€
---- Associação Padre Joaquim.....	500,00€
---- Grupo de Cantares “ Socalcos do Corgo”.....	950,00€
---- Grupo Cultural e Desportivo de Sever.....	950,00€
---- Grupo de Xantares Tradicionais de Fornelos.....	950,00€
---- Grupo Regional Terras de Penaguião.....	950,00€
---- Grupo Cultural e Recreativo G.P.....	950,00€
---- Grupo de Jovens Raios de Sol.....	950,00€



----- Rancho Folclórico " Os Romeiros de S. Miguel"	2.550,00€
----- Tuna de Carvalhais.....	900,00€
----- Tuna de Soutelo.....	900,00€
----- Sanhoanense Sport Clube.....	600,00€
----- Grupo Etnográfico de Soutelo.....	600,00€
----- Centro Cultural e Desportivo de Fiolhais.....	500,00€
----- Associação Penaguião em Movimento.....	600,00€
----- Grupo de Bombos de Santa Marta de Penaguião.....	650,00€
----- Agrupamento 687 do Corpo Nacional de Escutas de Fontes.....	950,00€

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir os subsídios aos grupos culturais do concelho, a pagar em duas tranches, nos termos da proposta. O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, ausentou-se na discussão e votação aquando da atribuição do subsídio ao Grupo Cultural e Recreativo G.P. -----**

Serviços da Ação Social

Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Santa

Marta de Penaguião – Pedido de Subsídio

----- 9 – Presente à reunião, ofício Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Santa Marta de Penaguião, registado sob o n.º 853, de 13 do corrente mês de abril, com o seguinte teor: -----

----- "A Cruz Vermelha Portuguesa em Santa Marta de Penaguião (CVP) tem atendido a vários pedidos para a cedência de equipamentos, como por exemplo camas articuladas, cadeiras de rodas com e sem wc, andarilhos e canadianas. -----

----- Este equipamento é cedido a título gratuito para quem dele necessita, mas traduz-se num encargo muito elevado para a CVP. -----

----- Acontece que os pedidos de auxílio têm aumentado e temos sentido dificuldades em conseguir atender a todas as necessidades, uma vez que a nossa disponibilidade financeira é muito limitada. -----

Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 09 de 18 de abril de 2017

----- Dado que o último ano em esta entidade recebeu subsídio do município foi em 2014, serve o presente para solicitar, dentro das possibilidades orçamentais, um subsídio para fazer face às dificuldades que temos tido em responder aos pedidos que nos têm chegado. -----

----- Certos que tomarão em consideração o nosso pedido. -----

----- Sem mais de momento, resta apenas desejar a continuação de um bom trabalho." -----

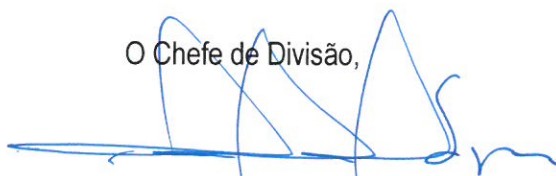
----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira, no valor de 2.200,00€ (dois mil e duzentos euros). O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado e o Senhor Vereador do Partido Socialista, José Manuel Moreira Lopes, ausentaram-se na discussão e votação deste ponto.** -----

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião


----- 10 – E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 12:45 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)